

**APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AOS ELEMENTOS SOLICITADOS  
PARA A CONFORMIDADE DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL AO PROJETO DA  
PEDREIRA DE SANTA LUZIA  
FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

**REGISTO: INT-SRAAC/2024/6350**

## **1. INTRODUÇÃO**

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) ao projeto de exploração da “Pedreira de Santa Luzia”, a instalar na freguesia de Santa Luzia, no concelho de São Roque do Pico, ilha do Pico, por Sadibritas Azores, Lda., foi alvo de anterior apreciação e emissão de parecer quanto à conformidade do mesmo, datado de 16 de setembro de 2024 (INT-SRAAC/2024/5697), pela respetiva Comissão de Avaliação (CA), composta pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados, cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental da Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, que preside à CA, representada por Nuno Pacheco, que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Filipe Pires;
- Serviço de Ambiente e Ação Climática do Pico (SAACP), representado por José Carlos Machado;
- Serviço da administração pública com competência em matéria de ordenamento territorial da Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, representado por Ana Rita Dinis;
- Divisão de Gestão da Água da Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, representada por Tiago Fraga;
- Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade, na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Andrea Costa, que será substituída nas suas faltas e impedimentos por Frederico Carreiro;

Nesse parecer a CA, perante um conjunto de lacunas e imperfeições, solicitou a introdução de melhoramentos, pelo aditamento de elementos ou correção de informação veiculada, quer ao nível do Relatório Técnico (RT), quer ao nível do Resumo Não Técnico (RNT).

Para o efeito, concedeu ao proponente um prazo de 30 dias úteis tendo, também, no ofício então enviado, requerido a apresentação de RT e RNT em suporte de papel e novos ficheiros em formato digital não editável.

Entretanto, o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ficou suspenso até a receção dos elementos solicitados.

A 09 de outubro de 2024, foi rececionado na Autoridade Ambiental, a Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC), novas versões dos documentos do EIA, designadamente cinco exemplares em formato físico do RT e RNT e cinco exemplares em formato físico do RNT e novos ficheiros em formato digital não editável, destinados à Consulta Pública.

Assim, recorrendo à mesma metodologia da anterior apreciação do EIA, a CA apreciou os novos elementos e emite o presente parecer de verificação da conformidade deste com as exigências do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A (Diploma AILA).

## **2. APRECIAÇÃO DO EIA NA SUA VERSÃO RETIFICADA/ADITADA**

Analizados os documentos objeto de correção ou aditamento, constata-se que tendo sido mantida a estrutura do documento anteriormente apreciado, foram no essencial acolhidas as propostas de melhoria e retificadas, em termos adequados, as imperfeições assinaladas pela CA no seu parecer de 16 de setembro último, com as seguintes ressalvas:

No que respeita ao capítulo Conformidade com Condicionantes e Ordenamento do Território, foi referido no parecer anterior o seguinte:

*“(...) Por último e no que concerne às condicionantes legais, o RT na tabela 2.4 apresenta a listagem de todas as condicionantes legais mediante a estrutura do Portal do Ordenamento do Território dos Açores, bem como a sua aplicação específica ao projeto.*

*Importa referir que, de acordo com a informação disponível no SIG da SRAAC, a área do projeto não se sobrepõe com o Regime Florestal, mas encontra-se nos limites desta condicionante. Neste sentido, sugere-se também a consulta dos nossos serviços com competência nesta matéria, para emissão de parecer.*

*Tendo em conta a proximidade do projeto à zona de proteção da infraestrutura aeroportuária, informa-se que esta condicionante é estabelecida no Decreto Regulamentar*

*Regional n.º 28/84/A, de 7 de agosto e não na legislação elencada no RT, pelo que este subcapítulo deve ser reformulado. Esta nota deve ser tida com consideração na tabela 2.4.”*

O documento agora entregue retirou da sua análise a condicionante relativa à infraestrutura aeroportuária. Assim, julga-se pertinente uniformizar a análise às condicionantes deste projeto, pelo que se considera pertinente que sejam consideradas todas as condicionantes que confrontam com o mesmo e não apenas parte, considerando a CA pertinente a consulta dos serviços com competência em matéria de regime florestal e de infraestruturas portuárias.

Relativamente à identificação e avaliação de impactes, e mais concretamente ao solo na fase de exploração, a CA considerou no parecer anterior que é expectável que a ocupação do solo se altere, *“uma vez que as áreas serão transformadas, pelo que se julga adequada a avaliação deste impacte (significativo e negativo)”*. No entanto, a nova versão do EIA refere o seguinte *“Uma vez que as ações da fase de exploração não envolvem a movimentação de solos e que a alteração da ocupação do solo é introduzida na fase de construção, não se perspectivam novos impactes sobre o fator ambiental Solos que decorram das ações desta fase.”*. Neste sentido, e dada a justificação do proponente, nada há a acrescentar relativamente a esta matéria.

Consequentemente, entende-se que o Relatório Técnico (RT) cumpre, em termos de estrutura e conteúdo mínimo, com previstos na legislação enquadadora.

No que concerne ao Resumo Não Técnico (RNT), o documento reflete, de forma adequada, as alterações realizadas no Relatório Técnico. Entende-se, por isso, que o mesmo se encontra em conformidade com o artigo 36.º do Diploma AILA.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES**

Após a leitura da nova versão do EIA, a CA entende que tendo sido retificadas todas as lacunas e imperfeições, estão reunidas condições para que este documento possa ser declarado conforme com o disposto nos artigos 34.º, 35.º e 36.º do Diploma que define o Regime de AIA nos Açores, pelo que propõe que a Autoridade Ambiental possa declarar a conformidade do mesmo.

Entende-se, consequentemente, estarem reunidas as condições para que o procedimento possa transitar para a fase de Consulta Pública, devendo os pareceres da Comissão de

Avaliação, entretanto emitidos no âmbito do presente procedimento, integrar os documentos a disponibilizar nos locais da Consulta Pública.

Ainda e caso seja declarada a conformidade do EIA, a Comissão de Avaliação é de parecer que deve ser promovida a consulta formal às seguintes entidades:

- Câmara Municipal de São Roque do Pico, para parecer no âmbito da compatibilidade do projeto com o seu PDM e em matéria de infraestruturas rodoviárias, uma vez que a área do projeto confronta com um Caminho Municipal;
- Autoridade Nacional de Aviação Civil, para parecer, tendo em conta a proximidade do projeto à zona de proteção da infraestrutura aeroportuária;
- Gabinete Técnico da Paisagem Protegida da Vinha da Ilha do Pico, para parecer, atento o facto de o projeto confrontar com a Paisagem Protegida da Vinha da Ilha do Pico e integrar a zona de defesa a esta.
- Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, para pronuncia, atenta a proximidade ao limite da condicionante - Regime Florestal (embora sem sobreposição).

Horta, 14 de outubro de 2024

**P'la Comissão de Avaliação**

O Presidente da CA